



**The public school in the light of democratic management:
the construction of protagonist training.**

**A escola pública à luz da gestão democrática:
a construção da formação protagonista.**

ALBUQUERQUE, Sulamita Bernardo de ¹; LIMA, Jayme Benvenuto²

⁽¹⁾  [0000-0003-4951-0274](https://orcid.org/0000-0003-4951-0274); Universidade Federal de Pernambuco; Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco; FACEPE, Recife, Brasil, sulamita.albuquerque@ufpe.br.

⁽²⁾  [0000-0001-7521-866X](https://orcid.org/0000-0001-7521-866X); Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: jayme.benvenuto@ufpe.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

The construction of citizenship does not represent only a human aspiration, but a struggle for a dignified existence and for the opportunity to fight the deep inequalities that weaken society. Education has an important role in the formation of principles and values through the practices arising from school daily life, once the school adopts this perspective prioritizing democratic and participatory management, these aspects contemplated in the school project may represent an important tool for the construction of citizenship and youth protagonism in the school environment. Therefore, the present work aims to analyze the construction of citizenship having as a conception the implantation of democratic management and youth protagonism in the school environment. The research corpus was worked with studies on the construction of the democratic school, as theoretical reference we have Freire (1987; 1996; 2015); Gadotti (1992); Benevides (1996; 2016), from a methodological point of view, the study takes a qualitative, bibliographic and documentary approach. The results of the study indicate that the guidelines that guide schools and are responsible for providing an education based on the formation of citizenship face challenges and advances, and that the model must be constantly revised, in order to meet the objectives of an education for citizen formation.

RESUMO

A construção da cidadania não representa apenas uma aspiração humana, mas uma luta pela existência digna e pela oportunidade de combater as profundas desigualdades que fragilizam a sociedade. A educação tem um importante papel na formação de princípios e valores através das práticas decorrentes do cotidiano escolar, uma vez que a escola adote esta perspectiva priorizando uma gestão democrática e participativa, esses aspectos contemplados no projeto escolar poderão representar uma importante ferramenta para a construção da cidadania e do protagonismo juvenil no ambiente escolar. Por conseguinte, o presente trabalho tem por objetivo analisar a construção da cidadania tendo como concepção a implantação da gestão democrática e do protagonismo juvenil no ambiente escolar. O corpus da pesquisa foi trabalhado com estudos sobre a construção da escola democrática, como referencial teórico temos Freire (1987; 1996; 2015); Gadotti (1992); Benevides (1996; 2016), do ponto de vista metodológico o estudo assume uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. Os resultados do estudo indicam que as diretrizes que orientam as escolas e se incumbem em proporcionar uma educação pautada na formação da cidadania encontram desafios e avanços, e que o modelo deverá ser constantemente revisto, de maneira a atender aos objetivos de uma educação para formação cidadã.

**INFORMAÇÕES DO
ARTIGO**

Histórico do Artigo:

Submetido: 04/12/2022

Aprovado: 06/04/2023

Publicação: 10/04/2023



Keywords:

School, democratic management, Youth protagonism.

Palavras-Chave:

Escola, gestão democrática, protagonismo juvenil.

Introdução

No decorrer da vida em sociedade, ideias relacionadas a liberdades, direitos e deveres esteve presente em diferentes graus e desenvolvimentos. Estas ideias geraram modelos sobre a postura e o modo de vida em sociedade; nessa construção histórica desenhou-se um caminho percorrido através de lutas, conquistas e derrotas, e, estas relações constituíram desafios aos quais lidamos até hoje. As ações educacionais interagem com diversos fatores internos e externos ao ambiente escolar, relacionando-se com o contexto social e histórico ao qual se direciona e se ajusta, desta forma, seja qual for a conjuntura, ato de aprender fomenta uma ação que se alimenta do provimento de políticas, normas, fatos e experiências que circundam o trabalho educativo. Sobre a organização da gestão educacional e escolar podemos conceituar que:

..., pode-se dizer que a política educacional está para a gestão educacional como a proposta pedagógica está para a gestão escolar. Assim, é lícito afirmar que a gestão educacional situa-se na esfera *macro*, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera *micro*. Ambas articulam-se mutuamente, dado que a primeira justifica-se a partir da segunda. Noutras palavras, a razão de existir da gestão educacional é a escola e o trabalho que nela se realiza. A gestão escolar, por sua vez, orienta-se para assegurar aquilo que é próprio de sua finalidade – promover o ensino e a aprendizagem, viabilizando a educação como um direito de todos, conforme determinam a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases. (Vieira, 2007, p.63).

Neste âmbito, evocamos o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Este dispositivo ressalta que a educação é essencial ao exercício da cidadania e um direito social básico, de modo que a escola é caracterizada como um espaço que alfabetiza, constrói laços sociais e qualifica as pessoas para integrar-se por inteiro à sociedade.

Muito se fala sobre a importância do protagonismo na educação, tanto para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da autoconfiança do estudante, quanto para a projeção de habilidades para a vida em sociedade. Mas o que é exatamente protagonismo? Voltando para a etimologia da palavra grega, *protagonistes* significa literalmente “lutador principal”. Popularmente e atualmente entendemos alguém como protagonista de algo, quando ele é o principal responsável pelo direcionamento/visibilidade deste tal algo. Socialmente falando, no entanto, como podemos analisar o desenvolvimento daquilo que chamamos de

protagonismo social?

Neste caso, protagonismo social diz respeito à capacidade de cidadãos se engajarem e colaborarem com as demandas e desafios sociais que fazem parte de suas vidas, sejam relacionados às suas ruas, suas comunidades ou mesmo às suas próprias cidades. É comum que milhares de jovens e adultos desejem cooperar e se engajar com o entorno social em que estão inseridos, mas tenham dificuldade em encontrar caminhos para qualquer efetivação deste objetivo. Neste sentido, podemos nos questionar se a configuração social brasileira permite efetivamente o protagonismo social, Estevão (2013) reporta sobre um modelo de educação envolvido com a prática de valores.

Mas podemos ter na escola, em alternativa, o aprendente como cidadão de direitos, que vê reconhecida a sua cidadania e é empoderado em termos de exercitação dos seus direitos. Trata-se agora de um aprendente entendido em todas as suas dimensões, o que supõe uma visão da educação comprometida também com a justiça social, com o reconhecimento do outro, com o poder e com a autonomia. (Estevão, 2013, p. 32)

Tendo em vista que um comportamento esperado de jovens é a busca por mudanças na sociedade e no mundo, utilizaremos deste fato para investigar como a possibilidade de participação e gestão de um espaço como o da escola pode impactar a formação de um sujeito enquanto cidadão ativo, isto é, enquanto protagonista social, (Benevides, 2016, p.28) contextualiza as várias dimensões para a construção de um projeto visando uma cidadania ativa.

Mudança de mentalidades é processo longo e continuado, que depende de vários recursos e espaços pedagógicos. A educação para a cidadania democrática é especialmente necessária quando se leva em conta a imensa parcela de “desorganizados” na população brasileira. Como integrá-los à sociedade e à cidadania ativa, a não ser multiplicando espaços públicos onde essa participação política é possível?

Sabendo de todas as limitações dos tópicos relacionadas ao protagonismo social e da construção de uma escola democrática, tanto por limitações da estrutura escolar quanto por limitações da estrutura social, apontamos que ferramentas como a formação de colegiados com a participação dos estudantes, o diálogo e o debate podem não ser conclusivos, mas satisfatórias no sentido de que podem significar um direcionamento para o caminho da gestão democrática e de uma educação voltada para os Direitos Humanos. Segundo Silva (2013, p.

53): “Ao compreender o ato pedagógico como um compromisso com a sociedade atual e com o futuro, a educação em direitos humanos recupera a dimensão da utopia humana rumo a uma sociedade mais justa, livre e igual”.

Neste sentido, há um movimento no plano organizacional e de políticas públicas que, em tese, busca o protagonismo juvenil. Mas também há um movimento teórico que defende a construção de um movimento direcionado para o protagonismo juvenil como essencial para a construção e manutenção de uma sociedade democrática, em que o debate gira em torno do âmbito da educação que alcance as várias dimensões sociais. Além disso, a democratização escolar supõe uma adequação do currículo formal alinhado aos conceitos de cidadania, objetivando educar os estudantes para se tornarem cidadãos críticos e participativos.

Possibilitar a criação de oportunidades para que o educando possa buscar a construção de sua identidade, desenvolvimento de habilidades que o conduzam a uma atitude resiliente, desenvolvendo a criticidade, autogestão, liderança, responsabilidade social. Tudo isso possibilita a efetivação das competências para a vida, um importante viés para a formação humana. Para (Freire, 1987, p. 51):

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro que se solidarizam a refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

O desenvolvimento de espaços de debate sobre temas como violência, direitos humanos, bullying, uso de drogas, entre outros assuntos relacionados ao ambiente escolar, direciona ao tratamento e busca de soluções de casos de violência e indisciplina escolar, que dificultam as relações interpessoais e o processo de ensino-aprendizagem. Assim, pondera-se que o enfrentamento da violência no ambiente escolar constitui-se em matéria de debate entre os sujeitos e a busca de soluções coletivas.

Com a participação efetiva do estudante, de caráter político-pedagógico, traçando metas e estratégias, pretende-se que ações protagonistas possam incentivar professores, estudantes, familiares e todo o coletivo da escola, na busca de práticas pedagógicas diversificadas, que congregam o ensino e os valores que permeiam os direitos humanos, projetos que estimulem o protagonismo juvenil, possibilitando um ambiente escolar rico em saberes, oferecendo possibilidades de transformação e na busca de uma postura reflexiva em prol de atitudes que estabeleçam ou reestabeçam o diálogo em situações de conflito.

Observamos, ainda, que o protagonismo juvenil demonstra ser uma importante ferramenta para o enfrentamento de demandas de violência e intolerância na escola. Intentamos, com esta pesquisa, não somente ampliar a visibilidade do trabalho com a paz na rede pública de ensino estadual, mas possibilitar a reflexão sobre a implementação de uma Educação em Direitos Humanos, através de novas práticas educativas no contexto escolar, para que os estudantes possam contribuir para o desenvolvimento dessa proposta, no meio em que eles participam e com o qual interagem.

Posto isso, esta investigação foi motivada por experiências profissionais no âmbito da educação em Escolas Públicas e Privadas. Nesse percurso, observamos a necessidade de colaborar com o anseio por parte dos estudantes de participarem das ações pedagógicas da escola, de forma a construir, debater, trazer projetos em prol de uma educação afinada com as diversas inquietações que permeiam a escola e o aprendizado.

O presente trabalho irá se desenvolver na perspectiva de que as escolas podem funcionar, dentre outras coisas, como um possibilitador da cidadania ativa, mais especificamente, do protagonismo juvenil. Para isso, entendemos a necessidade de uma escola democrática, isto é, uma escola gerida à luz de gestões democráticas.

Neste contexto, questiona-se: Qual a influência da gestão democrática em relação à construção da cidadania no contexto escolar, na perspectiva de uma Educação em Direitos Humanos?

Considerando a questão norteadora proposta, a pesquisa estabelece como objetivo geral analisar a influência da gestão democrática como facilitadora do processo de construção da cidadania ativa. Neste sentido, seguimos com os seguintes objetivos específicos: explicitar como os componentes político-sociais influenciaram na perspectiva da formação cidadã; compreender os aspectos norteadores do protagonismo juvenil no contexto escolar e a sua relação com a formação para os direitos humanos.

Para a abordagem metodológica dessa pesquisa, adotaremos uma perspectiva qualitativa, documental e bibliográfica. Organizamos a formação de um *corpus* contendo um conjunto de documentos e estudos bibliográficos que seriam analisados, buscando um aporte teórico que ampare a temática investigada, utilizando-se da análise documental da legislação específica (Constituição Federal do Brasil, Lei de diretrizes e bases, entre outros), pesquisas em sites e outras publicações e obras relativas ao tema em estudo.

Para tanto, estruturamos a pesquisa da seguinte forma: na primeira parte abordaremos a perspectiva da escola democrática e sua influência para a construção da cidadania ativa, a partir da apropriação de conhecimentos, comportamentos, habilidades e valores; enquanto que na segunda parte, analisaremos as possibilidades da escola pública na estruturação de uma educação na perspectiva de valores democráticos.

A escola à luz da gestão democrática

O debate sobre o modelo de escola democrática denota reflexões sobre os saberes produzidos historicamente que constituem a sociedade contemporânea e são resultados decorrentes das relações de poder, à luz de um repertório complexo de lutas sociais marcadas por um contexto de violência, formas de opressão e alienação que fizeram parte da educação. Essas realidades exercem uma forte influência até os dias de hoje, alcançando vários setores da sociedade e atuando no subconsciente das pessoas. Por essa razão, instrumentalizar uma política educacional que oportunize um ensino de democrático e objetive erradicar o analfabetismo político em seus diversos âmbitos, requer uma reflexão proporcionalmente crítica e profunda dos processos e fatos históricos.

Nossa cidadania foi construída sob condições de subordinação, exclusão, redução e achatamento de direitos, uma luta de poderes em busca da dominação de uma classe social, em relação a outras camadas sociais, desencadeando, assim, desigualdades sociais profundas. Práticas que indiquem o desenvolvimento de um aparelhamento da educação sob a influência de mecanismos conservadores das políticas excludentes e alienantes coíbem os saberes para uma educação cidadã. Nesta perspectiva, (Benevides, 1996, p. 224) salienta:

Hoje podemos afirmar que a cidadania é uma ideia em expansão; no entanto, a ação política continua desvalorizada e o cidadão pode ser visto apenas como o contribuinte, o consumidor, o demandante de benefícios individuais ou corporativos. E sequer o princípio constitucional de escola para todos consegue ser cumprido.

O conceito de cidadania parece integrar as demandas de justiça e pertencimento à comunidade, que são, respectivamente, os conceitos centrais da filosofia política dos anos 1980, em que o conceito atual dá conta da união entre a ideia de direitos individuais e a noção de vínculo em uma determinada comunidade. O componente da ética ideológica estará sempre presente quando se referir à formação do cidadão, imbricada com os processos de socialização e o papel que a educação tem a desempenhar na sociedade.

... formar cidadãos democráticos, sujeitos de direitos-deveres, eticamente responsáveis, capazes de reconhecer o outro como legítimo, tolerante, não discriminatório e respeitador da diversidade social e cultural, é assim que a educação cidadã se torna então um pilar fundamental da qualidade da educação. Cidadania, democracia e educação são, assim, pilares fundamentais que se entrelaçam e dependem um do outro, ou seja, o cidadão exige democracia para se tornar cidadão e a democracia exige cidadãos para não se

tornar uma “pantomima” ou máscara de participação; e, por outro lado, a educação através do seu currículo deve “cidadanizar” a política e “politizar” a cidadania. Isso implica em resgatar a "escola encapsulada" das paredes das salas de aula, longe da vida social e pessoal, aspectos que poderíamos chamar de estratégias de formação cidadã, isto é, a formação de uma cultura política cidadã como processos educacionais...(Pantoja, 2010, pp. 216-217).

Educar para o exercício da cidadania pode, então, seguir dando sentido à educação pública, entendida não apenas como um espaço geográfico, senão como uma estrutura comum compartilhada. De fato, o que dá coerência à educação pública é aprender a viver em comum com o conjunto de “virtudes públicas” que dão estabilidade e vigor às instituições democráticas (Bolívar, 2007). A educação desempenha um papel importante na promoção do engajamentocívico. Níveis mais altos de educação normalmente se correlacionam com graus mais altos de participação cidadã.

Nesse sentido, entendemos que a escola tem um papel fundamental na construção da cidadania, e que é neste ambiente que se constróem laços e que nos identificamos socialmente, onde começamos a nos entender num espaço social ou numa comunidade, em que estes elementos conceituais e práticos são importantes para o exercício das liberdades e da democracia. É significativo, para esta formação de espaços, que seja oportunizada a interação entre os pares, para que o ser social e afetivo seja descoberto. O ambiente escolar, em específico, proporciona uma vasta experiência pela sua dinâmica cotidiana.

A educação para o pleno exercício da cidadania, dentro de uma perspectiva crítica, deve possibilitar o aprofundamento social da democracia, formando cidadãos com as habilidades e conhecimentos necessários para uma participação ativa na arena pública. Uma formação para cidadania adquire, assim, seu pleno significado como forma de participação e deliberação em assuntos públicos comuns e está incorporada em valores como solidariedade, cooperação, justiça, tolerância ou desenvolvimento sustentável, aspectos que devem fazer parte do currículo escolar. Para isso, também se requer um processo de transformação da escola, que se especifica na construção de um currículo e condições de estruturas organizacionais que permitam experimentar e praticar a aprendizagem de valores democráticos (Bolívar, 2007).

Diante desses conceitos percebemos que a construção da cidadania e da democracia perpassa uma dimensão mais ampla em relação às concepções tradicionais, sendo importante ressignificar alguns valores e trazer para o contexto escolar o debate e ações voltadas para o combate a situações de preconceito, enfrentamento de problemas de violência, drogas, entre outras situações que retratam a vulnerabilidade historicamente construída a partir de um processo de dominação que atua até hoje no subconsciente das

pessoas. Nesse sentido, o projeto educativo requer o engajamento do ser político.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDB, 1996, art. 14).

A gestão democrática busca oportunizar que os estudantes efetivamente vivenciem a ação política, e assim promovam, dentro do ambiente escolar, reflexões sobre a cidadania e a democracia, através de projetos pedagógicos que desenvolvam o entendimento sobre a verdadeira ação e responsabilidade de um cidadão atuante. Neste âmbito, fundamenta-se o viés dos princípios dos direitos humanos que irá girar em torno da ação educativa, um plano amplo objetivando dialogar com a realidade de todos os que estão envolvidos, apresentando, assim, contribuições significativas para a construção do projeto de vida daqueles que buscam e acreditam na educação pública de qualidade bem mais fortalecida democraticamente.

A formação cidadã e o legado da escola pública

Quando falamos em escola voltada para a formação cidadã, precisamos falar sobre democracia. O sistema democrático atual deriva do termo Democracia, de origem grega, etimologicamente constituído pelos afixos *Demos*, que significa povo; e *Kratos*, significando poder. Esse regime consagra a participação do povo.

Segundo (Rancière, 2000, p. 124): “a democracia é o poder paradoxal daqueles que não contam: a contagem daqueles que não são contados”. Segundo o autor, a democracia leva ao poder também aqueles que não são designados a governar, que estariam silenciados no sistema. O poder legitimado só poderá existir a partir da conexão ou desconexão dos diferentes, uma interlocução entre o *Demos* e o *Kratos*. Diante da intelecção sobre o assunto, compreendemos que a democracia objetiva construir transformações a partir da verificação da igualdade, buscando o senso comum.

O conceito de democracia implica na máxima participação possível nas decisões públicas, possibilitando ao indivíduo o poder de refletir, debater e, em inúmeras ocasiões, decidir. Nesse sentido, o regime democrático fornece um cenário que referencia os processos de formação e desenvolvimento dos valores humanos, na perspectiva de transformar o indivíduo em um ser social ativo, sob os princípios fundamentais de liberdade, igualdade e justiça.

Portanto, se analisarmos o conceito sob a dimensão pedagógica, podemos inferir

que o sistema educacional assume um papel de grande responsabilidade no preparo dos cidadãos para o exercício da democracia. Nesse sentido, a educação deve ser um instrumento a serviço da convivência democrática, e a escola vista como primeiro cenário de desenvolvimento dessas potencialidades, o espaço ideal para aprender as habilidades necessárias.

Dessa forma, um sistema educacional norteado para a formação da cidadania reconhece que esta é um fim e um meio da educação. Em uma sociedade democrática, é de responsabilidade da educação pública formar futuros cidadãos para poderem participar ativamente na sociedade civil e política, afastando os mecanismos de exclusão, o que significa assegurar que toda a população adquira essas virtudes, conhecimentos e competências necessárias à participação política e à inclusão social.

A educação incide numa perspectiva que articula o conhecimento formal vinculado com a consciência crítica, possibilitando os meios para que o educando caminhe em direção ao desenvolvimento de uma consciência sobre sua real condição, e encontre meios para superação de sua realidade, seguindo em busca de alçar novas possibilidades.

Uma dinâmica social autônoma, desvinculada de padrões conformistas, une um conjunto de ferramentas necessárias para construir nossa realidade e poder atuar nela (Arocho, 2010), oportuniza o debate, o pluralismo de ideias, a disseminação de uma cultura crítica sobre os conhecimentos produzidos historicamente ou questões contemporâneas.

Também constitui um importante meio para o amadurecimento de ideias e possibilidades. A partir dessas experiências, o educando passa a descobrir-se como um ser crítico capaz de problematizar questões que de certo modo seriam acatadas sem uma reflexão ou a problematização de uma falsa consciência, na qual (Freire, 2015) assinala que os saberes são instrumentos importantes para o exercício das liberdades e da cidadania.

No que se refere à escola, a concepção de que a democracia e a justiça se relacionam com a igualdade e a equidade remete à compreensão de como a democracia pode ser concebida no contexto educacional. Para falar de democracia na escola deve-se reconhecer a diferença nos papéis sociais e nos deveres buscando os aspectos nos quais todos os membros da comunidade escolar têm os mesmos direitos, a exemplo do direito ao diálogo, à livre expressão de seus sentimentos e ideias, ao tratamento respeitoso e à dignidade. Salienta-se, portanto, que a igualdade de direitos configura a cidadania, desse modo, propiciar a participação efetiva dos estudantes, na construção de regras ou ações para um convívio harmônico no ambiente escolar, poderá gerar oportunidades promotoras de interações reflexivas, significativas para a construção da cidadania (Araújo, 2012).

Nesta perspectiva, (Bolívar, 2007) considera que uma educação para a cidadania numa perspectiva de democracia ativa é fundamental para a construção de uma sociedade livre, tolerante e justa, promovendo e educando desde a escola, com valores e princípios de

liberdade, pluralismo e direitos humanos, construindo assim uma sociedade mais solidária. Por tudo isso, é fundamental já na escola que o cidadão seja educado para que aprenda a viver no complexo mundo atual, com o propósito de participar de uma sociedade em transformação, bem como apostar em gerir e defender democraticamente um sistema de valores em que a tolerância, a justiça e o respeito às diferenças sejam viabilizados.

Parafrazeando Freire, que dizia que a educação não transforma o mundo, mas muda as pessoas que irão mudar o mundo, é possível argumentar que a educação não democratiza a sociedade, mas pode gerar mais sociedades democráticas, que vão construir sociedades mais democráticas. “Essa relação entre o nível micro (a construção de pessoas mais democráticas) e o nível macro (a construção de sociedades mais democráticas) pode ser mediada pela democratização das escolas e sistemas educacionais” (Garcia-Carpintero e Schugurensky, 2017, p.65).

A escola, em sua concepção democrática, fundamenta-se como um espaço que possibilita a estruturação das relações sociais entre os entes que ali estão, permitindo que indivíduos com diferentes concepções ou provenientes de segmentos distintos, se relacionem dentro de uma mesma estrutura social. Nesse contexto, os momentos de debates e interações tornam-se significativos e estruturadores para uma formação cidadã.

Neste enfoque, o entendimento da educação como uma ferramenta importante para possibilitar a transformação social, poderá alinhar um modelo de gestão engajado com uma política participativa e democrática, e auxiliar na construção de uma realidade dotada de uma cultura de superação.

A visão de uma escola democrática e participativa requer um arcabouço de possibilidades educativas numa dimensão mais ampla do que é desenvolvida na maioria das instituições. E para alcançar esses objetivos é necessário promover uma reorganização dos espaços, dos tempos, dos conteúdos e das relações interpessoais existentes dentro das instituições escolares.

Assim, uma educação democrática deve necessariamente estar relacionada a um modo de funcionamento das instituições escolares, porque a democracia não é um conjunto de conhecimento, mas é, sobretudo, uma prática. A participação em uma sociedade democrática exige mudanças e renovações na organização da escola, além de que modifica o papel dos professores e alunos.

O legado da escola pública moderna é, então, que a formação da cidadania é baseada na socialização de valores comuns e universais, que estão acima das diretrizes culturais específicas dos diferentes grupos sociais que compõem a nação. Assim, a escola pública na modernidade baseia-se numa ideologia unificadora e igualitária, razão pela qual a cultura escolar é universal e socialmente neutra.

Posto isso, entendemos que a escola pública busca integrar o educando na formação cidadã, com ações voltadas para o desenvolvimento de princípios e valores, reconhecendo

e valorizando as diferenças de cada grupo e os contextos da comunidade local.

Segundo (Romanelli, 2002), a estrutura da educação brasileira aproxima-se de determinados contextos socioculturais. Desde a história antiga à contemporaneidade, essas influências, de forma consolidada ou não, poderão indicar possíveis retrocessos. A autora se refere a três constatações teóricas: a primeira, relativa à interferência do sistema econômico sobre o desenvolvimento do ensino e a preparação dos recursos humanos pela escola; a segunda constatação refere-se à influência cultural sobre os valores sociais, as escolhas da população que procura a escola e, em consequência, os conteúdos que a escola passa a oferecer; a terceira constatação relaciona-se com o sistema político e sua influência sobre a organização do ensino.

O ser humano simboliza um reflexo das relações históricas e dialéticas, sua construção histórica se manifesta através de heranças culturais, econômicas, políticas e sociais, que seguem ao longo do tempo influenciando os seus valores e as atitudes dos cidadãos.

[...] a questão das perspectivas de desenvolvimento psíquico do homem e da humanidade põe antes de mais nada o problema de uma organização equitativa e sensata da vida em sociedade humana, de uma organização que dê a cada um a possibilidade prática de se apropriar das realizações do progresso histórico e de participar enquanto criador no crescimento destas realizações. (Leontiev, 1978, p. 275-276).

Segundo o autor, o desenvolvimento do ser humano do ponto de vista psíquico e, conseqüentemente, da humanidade, tem afinidade com as relações interpessoais historicamente concebidas, desde a apropriação de uma consciência histórica à possibilidade de interagir com momento histórico.

Portanto, o senso de pertencimento histórico-social configura-se na absorção da realidade que já existe, como também na possibilidade de renovar e recriar uma estrutura fundamentalmente inacabada, abrindo perspectivas para que se configure a apropriação de comportamentos, conhecimentos, habilidades e valores, se identificando com sua natureza social, e finalmente, realizando uma interação histórica do ser humano com sua história. A evolução da humanidade repercute um processo de acúmulo de experiências a partir de uma prática sócio-histórica. Nesse sentido, (Saviani, 2011, p. 81) traz as seguintes ponderações:

“O que se chama desenvolvimento histórico não é outra coisa senão o processo através do qual o homem produz a sua existência no tempo. Agindo sobre a

natureza, ou seja, trabalhando, o homem vai construindo o mundo histórico vai construindo o mundo da cultura, o mundo humano”.

Há a necessidade de se incorporar práticas pedagógicas que permitam a formação humana e a participação dos discentes nos processos, não apenas de ensino aprendizagem dos conteúdos curriculares, mas, especialmente, nos processos políticos que direcionam as ações na escola como espaço democrático de construção da cidadania.

A educação pode fazer mais e melhor pela imersão na cultura democrática e pelo reavivar da chama pela democracia, aproximando mais os jovens dos seus princípios, das suas práticas e dos seus valores, remando contra a maré da desdemocratização neoliberal que já dura há cerca de quatro décadas e que corre o risco de transformar o nosso sistema de vida e de governo numa “democracia precária” (Fassin, 2018, p. 13).

Os principais marcos legais relacionados à educação indicam a vivência de práticas pedagógicas que permitam a formação cidadã, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996); propõem a vinculação da educação escolar ao trabalho e às práticas sociais, como citado anteriormente, de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, Brasil (CF, 1988), o qual reafirma, como fim maior da educação, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, nesta perspectiva, a escola deverá conceber seu projeto, articulando a formação cidadã e a imersão ao mercado de trabalho.

A democratização da escola tem início quando o ambiente escolar passa a educar seus estudantes para se tornarem cidadãos críticos e participativos. Com participação efetiva de caráter político-pedagógico, traçando metas e estratégias, pretende-se que ações protagonistas possam incentivar professores, estudantes, familiares e todo o coletivo da escola, na busca de práticas pedagógicas diversificadas, que congregam o ensino e os valores que permeiam os direitos humanos, projetos que estimulem o protagonismo juvenil, possibilitando na escola um ambiente rico em saberes e possibilidades, que busquem transformar a violência ou a submissão em atitudes assertivas ou diálogo.

A construção de ações cotidianas ou projetos pedagógicos com viés participativo, seja na formação de colegiados ou na criação de oportunidades que possibilitam ao estudante a construção de sua identidade, poderá preconizar o desenvolvimento de habilidades e competências para a vida: a criticidade, a autogestão, a liderança e a responsabilidade social.

O desenvolvimento de espaços de debate sobre temas como violência, direitos humanos, bullying, uso de drogas, entre outros assuntos, ou seja, de questões inerentes ao

ambiente escolar, direciona ao tratamento e à busca de soluções de casos de violência escolar de “menor potencial ofensivo”, que dificultam as relações interpessoais e o processo de ensino-aprendizagem. Assim, pondera-se que o enfrentamento da violência no ambiente escolar constitui-se em matéria de debate entre os sujeitos e a busca de soluções coletivas.

Segundo os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS, 2017), houve 65.602 homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país (...). Tal problema ganha contornos ainda mais alarmantes quando levamos em conta que a violência letal acomete, principalmente, a população jovem, entre 15 e 19 anos de idade (59,1% do total de óbitos), de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019, pp. 5-6).

Nesse índice, Pernambuco se encontra entre os três estados com as maiores altas no período indicado (+27,4%). Paralelamente, observou-se que 23% dos jovens não estavam estudando (IPEA, 2019). Sendo assim, é fundamental que se promovam medidas para evitar que o jovem de hoje se torne o criminoso de amanhã.

Por esse prisma, entende-se que a relação entre direitos humanos e cidadania compreende a construção de ações que oportunizem ao estudante entender o seu cotidiano como um ambiente permeado e envolvido por atitudes, ações e intenções. Nas palavras de (Silva, 2012):

A escola, ao envolver seus agentes, não pode se eximir do seu papel formador de princípios e valores, que igualmente estão ligados ao respeito integral aos direitos humanos, pois, é no cotidiano das ações realizadas na escola que também se aprende os conteúdos do currículo, uma vez que são vivenciados comportamentos, exemplos, valores e atitudes. (p. 53)

O sistema educacional parte do princípio de um ensino democrático e prospectivo, que vislumbre uma política de desenvolvimento nacional que possibilite a todos condições equânimes. Em seus treze princípios, a (LDB, 1996) busca a superação das barreiras implantadas historicamente que ascendem as desigualdades sociais.

A educação incide numa perspectiva que articula o conhecimento formal vinculado com a criticidade e a autonomia. “O tema da autonomia teve um papel crítico e mobilizador contra o poder instituído verticalmente...” (Gadotti, 1992, p. 12). Nessa perspectiva, a educação busca possibilitar os meios para que o educando caminhe em direção ao desenvolvimento de uma consciência crítica, entender sua real condição, e procurar meios para superação de sua realidade e de novas possibilidades.

Para (Freire, 1996, p. 31), “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um

imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros.”. Portanto, a experiência educativademocrática busca a promoção do respeito à autonomia e à dignidade humana, objetivando que a formação cidadã esteja em consonância ao ensino dos conteúdos.

Sabe-se que a sociedade contemporânea vem passando por importantes e determinantes transformações em uma velocidade jamais vista antes e que hábitos e valores atualmente enraizados na sociedade, há pouco tempo eram inexistentes. Consequentemente, a instituição de ensino também sofre essas interferências, que passam a exigir a atualização dos processos pedagógicos e de seus profissionais. Nesse cenário, tornou-se cada vez mais urgente a compreensão de conceitos relacionados à gestão, para o entendimento e definição do gerenciamento e organização de diferentes situações e procedimentos.

Na etimologia da palavra, originária do latim, *gestão* significa gerir, gerência, administração. Nesse sentido, o que está em jogo são conceitos relacionados à tomada de decisão, organização e direção. No caso do espaço escolar, a gestão envolve a administração de recursos materiais e financeiros, mas também, de recursos humanos que precisam ser organizados levando em consideração aspectos variados e complexos, em prol do êxito dos processos e dos resultados que, neste caso específico da escola - caso este que nos interessa - estão relacionados à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

“A questão essencial da escola hoje refere-se à sua qualidade. E a qualidade está diretamente relacionada com os pequenos projetos das próprias escolas que são muito mais eficazes na conquista dessa qualidade do que grandes projetos, mas anônimos, distantes do seu dia-a-dia das escolas” (Gadotti, 1992, p. 69).

Pensar a educação articulada na gestão democrática, que institua caminhos para uma educação cidadã, implica necessariamente em pensar as ideias que promulgam os princípios democráticos, equalizando condições para participação efetiva das pessoas que compõem a estrutura escolar, sejam professores, funcionários, estudantes ou familiares. É fundamental a construção de espaços e instrumentos que promovam a participação de todos, trazendo-os para o debate, a fim de que as ações da escola estejam em conformidade com a identidade daqueles que ali frequentam.

A gestão democrática incide no campo das ideias que promulgam os princípios democráticos, como por exemplo, o princípio da igualdade e da liberdade, equalizando condições para participação efetiva das pessoas que compõem a estrutura escolar. Daí a importância da construção de espaços e instrumentos que promovam a participação de todos, a fim de que as ações da escola estejam em conformidade com a identidade daqueles

que ali frequentam, trazendo-os para o debate em torno das questões oriundas das demandas do cotidiano escolar.

Nesse enfoque, ressaltamos o pensamento de (Freire, 2015, p.8): “E assim a visão educacional não pode deixar de ser ao mesmo tempo uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se”. De acordo com o autor, a questão da formação crítica, no ambiente escolar, implica na participação efetiva do estudante nas esferas decisórias das rotinas escolares, na integração com a realidade em seu entorno, buscando afastar a consciência baseada na aplicação de uma suposta realidade ingênua, irracional e frágil diante dos fatos.

A escola deverá promover como alicerce pedagógico o ato de aprender-ensinar como a finalidade de transformação da realidade social. Conforme (Saviani, 2011, p. 16):

...faz-se necessário retomar o discurso crítico que se empenha em explicitar as relações entre a educação e seus condicionamentos sociais, evidenciando a determinação recíproca entre a prática social e a prática educativa, entendida, ela própria, como uma modalidade específica da prática social.

A partir dessa análise, entendemos que a prática educativa procura alinhar o objetivo pedagógico com a prática social. Portanto, a experiência educativa democrática busca a promoção do respeito à autonomia e à dignidade humana, objetivando que a formação cidadã esteja em consonância com o ensino dos conteúdos. É importante que o ambiente escolar ofereça atividades aos estudantes, oportunizando-lhes a participação de forma efetiva nas decisões e nos debates.

Considerações finais

A educação historicamente repercute as transformações sociais, que muitas vezes poderão tolher a garantia de um espaço na escola, para que o jovem efetivamente desenvolva a capacidade de promover uma cidadania ativa. A perspectiva de uma educação plenamente integrada a uma sociedade participativa e democrática implica na construção de uma cultura cidadã na escola, bem como no desenvolvimento de projetos com o objetivo de construir valores e princípios que orientem os jovens a adotarem comportamentos e atitudes democráticas.

Pensar em gestões escolares que compartilhem e apliquem os princípios democráticos, como a liberdade, a igualdade e a cidadania, constituiriam um tripé norteador do funcionamento da educação escolar. Esta estrutura requer investimento em formação docente, no entanto, se faz urgente o planejamento de uma otimização da

educação, visando incorporar princípios que busquem o exercício dos deveres e dos direitos fundamentais, e a promoção de um maior desenvolvimento no âmbito pessoal, crítico e autônomo de cada indivíduo.

É importante ressaltar que uma gestão democrática deverá envolver todos os participantes do ambiente escolar, na busca por implantar os princípios democráticos como eixo norteador no planejamento, oportunizar meios que contribuam para a participação de forma ampla da comunidade escolar nos seus projetos, inserindo ferramentas facilitadoras para que os integrantes dos vários segmentos da escola estejam envolvidos. Nessa linha construtiva, a participação dos vários atores envolvidos tende a estimular o desenvolvimento de ações estruturadoras, na busca de maior eficácia. Assim, as metas traçadas por este tipo de planejamento buscarão que se desfaça toda a política de segregação, geradora de ações e instrumentos de violação dos direitos sociais.

É igualmente importante ressaltar que os princípios da educação em direitos humanos são alicerces que refletem a construção da cidadania. Contudo, esse desafio requer a adoção de ações e metas construídas e revisadas coletivamente. Nessa perspectiva, a política pública de educação em direitos humanos está estritamente relacionada com a melhoria da qualidade da educação, norteadora com a educação cidadã.

É dever de todos os envolvidos com a educação garantirem o compromisso com os princípios que regem a formação cidadã, acessível e participativa. Portanto, o debate em torno da educação com base nos princípios dos direitos humanos, gira em torno da ação educativa e pedagógica nos fins e nos meios, requer um projeto amplo e inovador que dialogue com a realidade social de todos os que estão envolvidos, apresentando, assim, contribuições significativas para a construção do projeto de vida daqueles que buscam e acreditam na educação pública e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- Araújo, U. F. (2012). O processo de construção de escolas democráticas. *Revista Educação e Linguagens*, v (1), n. 1, pp. 78-86.
- Arocho, W. R. (2010). El concepto de calidad educativa: una mirada crítica desde el enfoque históricocultural. *Revista Electrónica "Actualidades Investigativas en Educación"*, v (10), n. 1, pp. 1-28.
- Benevides, M. V. M. (1996). Educação para a Democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. (38) pp. 223-237.
- Benevides, M. V. M. (2016). Cidadania Ativa e Democracia no Brasil. *Revista Parlamento e Sociedade*, v (4), n. 6, pp. 21-31.
- Bolívar, A. (2007). Escuela y formación para la ciudadanía. *Bordón: Revista de pedagogía*, v (59), n. 2, pp. 353-374.

- Brasil. Ministério da Justiça (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Estevão, C. A. V. (2013). Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. *Revista Educação*, v (36), n. 1, pp. 28-34.
- Fassin, É. (2018). *Populismo de izquierdas y neoliberalismo*. Barcelona: Herder.
- Freire, P. (2015). *Educação como prática da liberdade*. 1 ed. Paz e terra. Rio de Janeiro.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (1992). *Escola cidadã*. 4ª edição. São Paulo: Cortez.
- García-Carpintero, A.; Schugurensky, D. (2017). La participación como elemento clave en las escuelas democráticas. *Revista Reflexão e Ação*, v (25), n. 2, pp. 65-83.
- IPEA. (2019). Atlas da Violência 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019> . Acesso em: 10 mar de 2022.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro.
- Pantoja, S. (2010). La escuela como espacio de ciudadanía. *Estudios pedagógicos (Valdivia)*, v (36), n. 2, pp. 213-239.
- Saviani, D. (2011). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção educação contemporânea).
- Silva, A. M. M. (org) (2013). *Educação Superior: espaço de formação em Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez.
- Silva, A. M. M., Tavares, C. (2012). *A Formação cidadã no Ensino Médio*. (1ª edição). Cortez.
- Rancière, J. (2000). *Le partage du sensible: esthétique et politique*. Paris: LaFabrique.
- Romanelli, O. O. (2002). *História da educação no Brasil: 1930-1973*. 27. ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Vieira, S. L. (2007) Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples – introdução histórica. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v (23), n.1, pp. 53-69.